

Assembleia Municipal de Guimarães

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

Considerando que:

1. No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários activistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.
2. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação colectiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT).
3. Portugal atravessa hoje um período muito complicado por causa do COVID 19, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar), um aumento generalizado de insegurança e desemprego.

4. Têm sido recebidas centenas de denúncias de trabalhadores que se sentem ameaçados, trabalham sem condições, são despedidos no período experimental ou não recebem o seu salário.
5. Os trabalhadores na área da saúde, muitas vezes são contratados à hora, alguns recebem pouco mais que o ordenado mínimo nacional, e estão na linha da frente no tratamento e no auxílio ao tratamento do COVID 19 em hospitais, colocando a sua vida em risco e adiando a sua vida familiar.
6. Este ano, em que já se antevê uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a 15 de Maio de 2020, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;
3. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais;
4. Instar o Governo a manter e reforçar as medidas de apoio aos trabalhadores, nomeadamente com o apoio aos pais que devam cuidar dos filhos menores de 12 anos, reforço de apoio às creches não se obrigando as famílias a pagar os meses

em que as crianças não frequentaram e não obrigando os pais a recorrer às mesmas na possibilidade de teletrabalho, mantendo a obrigação de não despedimento dos trabalhadores e mantendo os apoios da segurança social aos trabalhadores independentes.

5. Enviar esta deliberação aos órgãos de soberania, aos Partidos Políticos com assento parlamentar, às Centrais Sindicais e à Comunicação Social.

A representante do Bloco de Esquerda